

Ensino de teorias do jornalismo na graduação: fragilidades na formação, limites do campo

Teaching journalism theories at the undergraduate level: weaknesses in training, limits of the field

Enseñanza de teorías del periodismo en la educación universitaria: fragilidades en la formación, límites del campo

Jéssica Gradin¹

Guilherme Carvalho²

Resumo: O estudo analisa o ensino da disciplina de Teorias do Jornalismo nos cursos de graduação em Jornalismo no Brasil, com foco em sua representatividade e adequação teórica. O objetivo foi verificar quais saberes e conteúdos são mobilizados e se refletem a autonomia do campo. A pesquisa baseou-se em análise documental de ementas, bibliografias e matrizes curriculares de 28 instituições de ensino superior de diferentes regiões do país. O *corpus* contempla universidades públicas e privadas, abrangendo distintas modalidades administrativas. Os resultados indicam que a disciplina apresenta baixa carga horária, representando em média 2,21% do total dos cursos, e que mais da metade das instituições não especifica claramente quais teorias do jornalismo são abordadas. Observou-se predominância das teorias do *newsmaking* e da *agenda-setting*, além da recorrência do conceito de objetividade. A análise evidenciou que parte significativa dos programas recorre a bibliografia de autores secundários, em detrimento das obras originais, o que reforça fragilidades na consolidação de um corpo teórico próprio do campo. Conclui-se que o ensino de Teorias do Jornalismo ainda enfrenta limitações quanto à clareza, abrangência e representatividade, o que aponta para a necessidade de revisão crítica dos currículos e de fortalecimento da formação teórica em consonância com os desafios contemporâneos da área.

Palavras-chave: teorias do jornalismo; ensino do jornalismo; disciplina.

Abstract: This study analyzes the teaching of Journalism Theories in undergraduate Journalism programs in Brazil, focusing on its representativeness and theoretical adequacy. The objective was to determine which knowledge and content are mobilized and whether they reflect the

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil, jegradin@gmail.com.

² Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil, gcarvalho@uepg.br.

field's autonomy. The research was based on a documentary analysis of syllabi, bibliographies, and curricular frameworks from 28 higher education institutions in different regions of the country. The corpus included public and private universities, encompassing various administrative modalities. The results indicated that the course has a low workload, representing an average of 2.21% of total courses, and that more than half of the institutions do not clearly specify which journalism theories are addressed. Newsmaking and Agenda-Setting theories predominated, in addition to the recurrence of the concept of objectivity. The analysis revealed that a significant portion of the programs rely on bibliographies of secondary authors, to the detriment of original works, which reinforces weaknesses in the consolidation of a body of theory specific to the field. It is concluded that the teaching of Journalism Theories still faces limitations regarding clarity, comprehensiveness and representativeness, which points to the need for a critical review of curricula and strengthening of theoretical training in line with the contemporary challenges of the area.

Keywords: theories of journalism; teaching journalism; discipline.

Resumen: Este estudio analiza la enseñanza de las teorías del periodismo en los programas de periodismo de grado en Brasil, centrándose en su representatividad y adecuación teórica. El objetivo fue determinar qué conocimientos y contenidos se utilizan y si reflejan la autonomía del campo. La investigación se basó en un análisis documental de programas de estudio, bibliografías y marcos curriculares de 28 instituciones de educación superior en diferentes regiones del país. El corpus incluyó universidades públicas y privadas, abarcando diversas modalidades administrativas. Los resultados indicaron que el curso tiene una baja carga horaria, representando un promedio del 2,21% del total de cursos, y que más de la mitad de las instituciones no especifican claramente qué teorías del periodismo se abordan. Predominaron las teorías de Newsmaking y Agenda-Setting, además de la recurrencia del concepto de objetividad. El análisis reveló que una parte significativa de los programas se basa en bibliografías de autores secundarios, en detrimento de trabajos originales, lo que refuerza las debilidades en la consolidación de un cuerpo teórico específico para el campo. Se concluye que la enseñanza de las Teorías del Periodismo aún enfrenta limitaciones en cuanto a claridad, integralidad y representatividad, lo que apunta a la necesidad de una revisión crítica de los currículos y fortalecimiento de la formación teórica acorde con los desafíos contemporáneos del área.

Palabras-clave: teorías del periodismo; enseñanza del periodismo; asignatura.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior em Jornalismo no Brasil consolidou-se apenas a partir de 1947, com a criação do curso da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Esse marco, embora fundamental, revela não só a defasagem brasileira frente a experiências internacionais, que já

no século XIX haviam estruturado escolas especializadas em países da Europa e nos Estados Unidos, mas também expõe como o próprio campo jornalístico nacional foi constituído sob uma lógica de dependência epistemológica, importando modelos, estruturas e concepções de ensino forjadas em contextos socioculturais distintos (Melo, 2009).

A presença das teorias do jornalismo na formação universitária foi incorporada de maneira gradual, apenas décadas após a institucionalização dos cursos. Tais teorias, além de fornecerem ferramentas conceituais para a prática profissional, desempenham papel estratégico na legitimação do jornalismo como campo científico autônomo, sustentado por categorias próprias de análise (Meditsch, 2004).

No Brasil a incorporação dos debates que envolvem as teorias do jornalismo teve início na década de 1990 e, principalmente, no início dos anos 2000. Segundo Pontes (2015), a origem da incorporação da disciplina tem forte relação com regiões específicas do país, como o estado de Santa Catarina, por meio de iniciativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e por professores de graduação e pós-graduação de universidades como a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (Pontes, 2015).

O relato aponta que o desenvolvimento teórico do campo não se deu de forma homogênea nem institucionalmente planejada, mas emergiu de iniciativas isoladas e contextuais. Essa fragmentação revela uma epistemologia de resistência, sustentada por poucos atores acadêmicos, em contraste com o modelo hegemônico centralizado nas escolas de Comunicação.

A disciplina só foi incorporada mais de uma década depois da criação do primeiro curso de Jornalismo no país, sem contar, naquele momento, com diretrizes pedagógicas claras ou referências consolidadas que garantissem sua autonomia. A escassez de obras nacionais levou a um forte recurso à literatura estrangeira, o que, por muitos anos, marcou a maneira como a disciplina foi organizada, configurando uma epistemologia dependente, em que a importação conceitual substitui a produção local de categorias analíticas (Pontes, 2015). Essa dependência, ainda que tenha permitido a inserção do jornalismo nos debates teóricos internacionais, é criticada pela limitação à formulação de um olhar autóctone sobre a prática e o conhecimento

jornalístico.

Além dessa origem fragmentada, há ainda uma lacuna expressiva de pesquisas que se dediquem especificamente a examinar como as teorias do jornalismo são ensinadas no Brasil. A ausência de estudos sobre o ensino da teoria jornalística reflete a dificuldade do campo em reconhecer a si próprio como produtor de teoria e como ciência, uma tensão entre o saber fazer e o saber pensar o jornalismo. Embora essa ausência seja notável em levantamentos em bases científicas nacionais, observa-se, ao mesmo tempo, um movimento gradual de fortalecimento institucional do campo nas últimas décadas. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em 2013, a consolidação de encontros e fóruns de professores e pesquisadores desde a década de 1990, a criação da Associação Brasileiro de Ensino de Jornalismo (ABEJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e de revistas científicas, assim como a incorporação de linhas e grupos de pesquisa específicos nos programas de pós-graduação em Comunicação Social e nos de Jornalismo³, evidenciam que a disciplina começa a se firmar como objeto legítimo de debate acadêmico, mesmo diante de suas fragilidades.

Partindo desse cenário, a pesquisa teve, como questão central, compreender de que maneira as disciplinas de Teorias do Jornalismo vêm sendo estruturadas em 28 cursos de graduação no Brasil. Para tanto, realizou-se uma análise documental das ementas, bibliografias e matrizes curriculares, buscando identificar os conteúdos que são priorizados e em que medida eles se aproximam do que se entende por teorias do jornalismo. O objetivo foi examinar se a disciplina traduz, de fato, um núcleo teórico próprio do campo ou se permanece alinhada a referências externas, verificando também em que medida corresponde às orientações bibliográficas predominantes.

Com base nesse problema, partimos da hipótese de que a disciplina ainda sofre forte influência de correntes oriundas da Comunicação, o que desloca o foco para conceitos que não são necessariamente específicos do jornalismo, reforçando uma condição epistemológica de subordinação: o jornalismo, mesmo institucionalizado, segue operando dentro das

³ Como o grupo de pesquisa Hipermídia e Linguagem, da UFSC, formado em 2007, e o Grupo de Pesquisa em Mídias Sociais (GEMID), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), formado no mesmo ano. Disponível em: <https://www2.uepg.br/bacharelado-jornalismo/gemidi/> Acesso em: 10 set. 2024.

fronteiras teóricas da Comunicação, sem romper completamente com a lógica de heteronomia acadêmica. Outra hipótese é que os programas analisados não conseguem contemplar de maneira satisfatória o conjunto de teorias do campo, tanto pela carga horária reduzida quanto pelo caráter excessivamente genérico de muitas ementas.

A escolha da disciplina de Teorias da Jornalismo como um parâmetro se justifica, pois diz respeito à formação teórica primordial, e com o foco nas bibliografias básica e complementar, pois “dizem respeito ao conteúdo programático da disciplina ministrada pelo professor na sala de aula, já as complementares servem como material adicional para complementar a abordagem do tema” (Machado; Blattmann, 2011, p. 17).

As matrizes curriculares, as ementas e as bibliografias funcionam como instrumentos de planejamento que, embora nem sempre correspondam exatamente ao que acontece em aula, oferecem pistas importantes sobre as orientações pedagógicas adotadas. Esses documentos revelam escolhas institucionais e sinalizam estratégias de ensino, práticas educativas e diretrizes formativas que correspondem a uma concepção de curso. Assim, mesmo reconhecendo que pode haver certa distância entre o planejado e o realizado, os planos de curso e os programas de disciplina de Teorias do Jornalismo constituem registros oficiais que permitem acessar, ainda que parcialmente, a dinâmica do ensino da disciplina.

De modo geral, essa investigação aponta tendências de se valorizar estudos específicos sobre o jornalismo por meio da oferta das disciplinas de Teorias de Jornalismo nos cursos de graduação, e não apenas apresentá-los junto aos estudos teóricos da Comunicação, apesar da disciplina representar pouco em relação à carga horária total dos cursos, entre 2 e 3%.

Mesmo que não se objetive, aqui, a identificação de discussões sobre teorias do jornalismo transversais à disciplina, as condições evidenciadas nesta pesquisa⁴ apontam para um ensino de teorias do jornalismo pouco aparente dentro das matrizes curriculares e com uma carga horária pouco representativa. Evidenciam um cenário em que a presença das Teorias do Jornalismo, embora institucionalizada, ainda ocupa um lugar marginal dentro da

⁴ Os resultados apontados neste artigo são parte do trabalho de pesquisa desenvolvido para uma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Uma outra versão deste artigo também foi apresentada no 23º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo (ENEJor). Nesta proposta foram incorporadas contribuições e alterações significativas.

formação, o que aponta para uma contradição estrutural: a academia pode legitimar o jornalismo como campo científico, mas o mantém epistemologicamente subalterno.

2 A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE TEORIAS DO JORNALISMO NO BRASIL

O percurso do jornalismo no campo acadêmico iniciou como um objeto de estudo de outra disciplina. Em 1690, na Universidade de Leipzig, Alemanha, Tobias Peucer defendeu a tese “De Relationibus Novellis” (Os relatos jornalísticos) e, nos seus 29 parágrafos, aponta semelhanças e diferenças do Jornalismo em relação à História (Peucer, 2004).

Como ensino institucionalizado, a entrada no campo acadêmico do Jornalismo é bem mais recente. No Brasil este processo é advindo de profissionais da imprensa, registrando a primeira tentativa de implantação de um curso de Jornalismo no Brasil em 1908, por Gustavo Lacerda, então repórter do jornal carioca “O País” e presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A intenção ficou registrada na ata de implantação da associação e faz parte de cinco outras intenções que nortearam a fundação dessa entidade representativa (Sá, 1999).

Interessante observar que a criação da disciplina nos anos de 1980, sobretudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da UFSC, está embasada nas teorias da comunicação, que já integravam a estrutura curricular dos cursos de comunicação há alguns anos. Esse desenvolvimento, aponta Pontes (2015), perpassa a recepção do livro “O segredo da pirâmide”, de Adelmo Genro Filho, especificamente na discussão do jornalismo como forma de conhecimento.

Um marco importante ocorreu em 1983, na UFRGS, quando a professora Rosa Nívea Pedroso incluiu, pela primeira vez, a disciplina Teoria do Jornalismo como componente obrigatório da graduação em Comunicação/Jornalismo. A iniciativa estava diretamente ligada ao percurso acadêmico da docente, que havia concluído recentemente seu mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação de Muniz Sodré, com a dissertação “A produção do discurso de informação no jornalismo sensacionalista”.

A disciplina de Teoria do Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada pela Comissão de Graduação do Curso de Comunicação Social, quando da mudança de currículo, em 1983. Neste mesmo momento, também foram criadas as disciplinas de Teoria das Relações Públicas e Teoria da Publicidade e da Propaganda. Pelo que pude aferir, na época, as três disciplinas foram criadas para trazer um pouco de teoria para o currículo de Comunicação. Tanto que as três disciplinas eram

obrigatórias para os três cursos (Pedroso, 2006 *apud* Pontes, 2015, p. 246).

Conforme observa Pontes (2015), a inclusão da disciplina Teoria do Jornalismo na grade curricular da UFRGS ocorreu sem uma integração clara em termos didático-pedagógicos e sem bibliografia consolidada. Pedroso (2006 *apud* Pontes, 2015) relata que, na época, foi necessário recorrer a obras estrangeiras para estruturar a disciplina, citando autores como Gaye Tuchman, Mar de Fontcuberta e Robert Park. Segundo a professora, não existia, ainda, uma bibliografia teórica brasileira adequada sobre o tema, sendo o livro “Ideologia e técnica da notícia” (1979), de Nilson Lage, apontado como a única referência nacional disponível naquele período.

No entanto, para Anunciação (2019), naquele momento, havia alguns livros publicados no país que poderiam compor a nova matéria, como “Iniciação à filosofia do jornalismo” (1960), de Luiz Beltrão; “O papel do jornal” (1974), de Alberto Dines; “Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial” (1978), de Cremilda Medina; e “O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza” (1986), de Ciro Marcondes Filho.

Paralelamente, o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFSC também começou a introduzir o ensino das teorias do jornalismo. Entre 1983 e 1986 Adelmo Genro Filho, professor da instituição, ministrou um programa chamado Teoria da Comunicação II, que abordava aspectos relacionados às teorias do jornalismo (Meditesch, 2004; Pontes, 2015). Contudo, Adelmo Genro Filho já destacava, desde a década de 1970, a importância de desenvolver uma teoria específica para o jornalismo.

Em 1991 a UFSC incorporou oficialmente a disciplina Teoria do Jornalismo como obrigatória, estruturada a partir das contribuições de Adelmo Genro Filho. As novas abordagens das teorias do jornalismo se basearam no referencial teórico da disciplina Teoria da Comunicação, que já existia no currículo. Conforme Frighetto (2016), a ementa da nova disciplina reproduziu praticamente o mesmo conteúdo da Teoria da Comunicação, alterando apenas a nomenclatura para Teoria do Jornalismo.

Ainda nos anos de 1980 a disciplina Teoria do Jornalismo também foi incorporada nas grades do curso de Comunicação com habilitação em Jornalismo na graduação da

Universidade de São Paulo (USP). A iniciativa contou com o intermédio dos professores Ciro Marcondes Filho e José Marques de Melo. O mesmo ocorreu na UFRJ sob o comando dos docentes Alberto Dines e Nilson Lage (Meditesch, 2004).

A disciplina Teoria do Jornalismo começou a ser adotada de forma mais ampla nos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo somente após 1998, quando a matéria passou a ser incluída como tema específico na avaliação do Exame Nacional de Cursos, o Provão, promovido pelo Ministério da Educação (Meditesch, 2004).

Segundo Anunciação (2019), esse movimento, somado a outras iniciativas – como o crescimento das pesquisas sobre jornalismo nos programas de pós-graduação em Comunicação e a atuação de grupos de trabalho em jornalismo nos congressos de associações acadêmico-científicas, como da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) – impulsionou a produção de bibliografias voltadas à teorização do jornalismo. Nesse contexto, a lacuna existente em relação à bibliografia específica começou a ser preenchida gradualmente, muitas vezes com referências estrangeiras.

A introdução lenta de disciplinas ou, em alguns casos, de tópicos relacionados às Teorias do Jornalismo em matérias afins permitiu, ao longo do tempo, que se reconhecesse a importância de incorporar teorias próprias alinhadas ao eixo conceitual de cada curso. Dessa forma, a disciplina passou a conquistar maior adesão entre docentes e pesquisadores em diferentes regiões do país. Segundo Adghirni (2016), a inserção institucional das teorias do jornalismo e a consolidação do campo acadêmico do jornalismo ocorreram a partir do surgimento da SBPJor, em 2003, e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), em 2004.

O interesse pelo jornalismo na área acadêmica pode ser comprovado pelo número de organizações científicas reconhecidas pelos órgãos de fomento à pesquisa. Além da Intercom⁵,

⁵ Na Intercom de 1994 foi levada a proposta de reunir professores dos cursos de Jornalismo surgida do grupo que participou do Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo (Labjor/Unicamp), também em 1994. Assim foi marcado o I Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Em ambas as ocasiões foram feitas avaliações gerais sobre a realidade dos cursos de Jornalismo e a necessidade de realizar discussões sistemáticas, visando a busca de novos caminhos a partir da experiência que vinha sendo desenvolvida pelos próprios docentes. O I Encontro Nacional de Professores de Jornalismo ocorreu no ano seguinte (ABEJ, 2023).

a entidade acadêmica mais antiga da área, que abriga um núcleo de estudos sobre jornalismo – um dos mais concorridos para apresentação de trabalhos no congresso anual, existe ainda o Grupo de Trabalho de Jornalismo da Compós e o Laboratório Avançado de Estudos de Mídia (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Adghirni, 2016).

O movimento de consolidação do campo acadêmico parece fazer avançar a teoria do jornalismo no Brasil na medida em que promove o debate e joga luz às teorias até então ignoradas. Uma evidência forte dos frutos deste processo é a formulação de uma teoria específica do campo científico do jornalismo originalmente brasileira: o jornalismo como forma de conhecimento, iniciada por Adelmo Genro Filho⁶. A teorização também faz avançar uma perspectiva científica sobre o jornalismo e, consequentemente, reforça sua autonomização como campo específico.

A pergunta a ser feita, no entanto, é se esse crescimento do subcampo acadêmico do jornalismo tem produzido conhecimento sobre o jornalismo. Silva (2009, p. 199), a partir da análise de Fuentes Navarro, aponta que a legitimidade científica está na imbricação entre a “institucionalização cognoscitiva – conceitos, métodos, teorias – e a institucionalização político-social – programas, publicações, associações, fomentos etc”. Na análise da pesquisadora, o visível fortalecimento do Jornalismo como campo científico-institucional acontece ao mesmo tempo que, paradoxalmente, há um afastamento da abordagem epistemológica, fundamental para pensar uma teoria do jornalismo.

Há muito a ser feito para responder ao vazio da Teoria do Jornalismo, à sua precariedade conceitual e fragilidade teórica, à dificuldade de tratar uma relação de extrema intimidade da prática jornalística com o senso comum – antes mesmo de se pensar na “segunda ruptura epistemológica” de que fala Boaventura S. Santos para uma ciência pós-moderna – aquela que concebe o reencontro da ciência com o senso comum, dentro de uma nova “configuração cognitiva”, em que tanto uma quanto o outro se superem a si mesmos para dar lugar a outra forma de conhecimento (Santos, 1989, p. 34-45 *apud* Silva, 2009, p. 208)

Segundo Karam (2004), a consolidação de valores pode ser atingida através da ampliação e de manutenção de campos específicos de estudos, de pesquisas e de processos

⁶ Outros pesquisadores contribuíram significativamente para o avanço desta teoria. Por ora podemos citar Eduardo Meditsch e Felipe Pontes.

de formação profissional. A formulação de uma teoria específica do jornalismo também ajuda a pensar o fazer jornalístico e suas implicações na sociedade e o consequente fortalecimento do campo científico como da própria profissão, à medida que reforça o debate, as reflexões e a autonomia intelectual do campo a partir de uma práxis. O campo acadêmico-teórico do jornalismo, mais tarde transformado em campo acadêmico da Comunicação Social pelos objetivos políticos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), foi esvaziado por muitos anos, ora pelas proposições tecnicistas, ora pelos projetos teóricos exógenos como das Ciências Humanas (Meditsch, 1999).

A introdução gradual da disciplina de Teorias do Jornalismo nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), assim como as questões relacionadas à consolidação do jornalismo enquanto campo científico autônomo, evidencia certas fragilidades no estudo das teorias do jornalismo. Esse cenário ocorre mesmo diante do aumento contínuo de pesquisas sobre o tema no meio acadêmico. A partir dessa perspectiva, torna-se possível refletir sobre como esses estudos vêm sendo incorporados às disciplinas de Teorias do Jornalismo e avaliar se tais lacunas ainda persistem. A permanência dessas lacunas sugere que a consolidação institucional do jornalismo enquanto campo científico não foi acompanhada de uma consolidação epistemológica equivalente. O campo avança em reconhecimento, mas ainda nos perguntamos se a teoria é capaz de contribuir com as especificidades do fazer jornalístico e romper com a herança comunicacional/sociológica.

3 ANOTAÇÕES METODOLÓGICAS

A seleção do *corpus* ocorreu com base na disponibilidade dos documentos nos sites oficiais dos cursos ou mediante envio após solicitação por e-mail, analisando-se, assim, todas as instituições cujos materiais estavam acessíveis. O envio de solicitação por e-mail foi realizado para aqueles cursos que não tinham os documentos disponíveis em sites, utilizando as regras estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), via e-SIC227. Foram enviados 51 e-mails, no mês de agosto de 2021, para as instituições que não disponibilizaram os documentos nos sites. A solicitação e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e das

matrizes curriculares realizada por meio oficial é uma forma de garantir a veracidade dos documentos que serão analisados.

Das 371 instituições ativas no país, conforme dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) (Brasil, 2024), inicialmente, 160 tinham os documentos disponíveis *on-line* ou responderam à solicitação por e-mail. Contudo, somente 33 instituições continham as informações mínimas necessárias para a análise, incluindo ementas, bibliografias das disciplinas e matrizes curriculares completas.

Dessas 33 instituições, quatro não continham Teoria do Jornalismo na grade curricular, por isso foram desconsideradas da análise. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal do Acre (UFAC) possuem as disciplinas de “Teoria da Comunicação I e II”, e o Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (Unileste) possui a disciplina “Fundamentos e Teoria da Comunicação”.

A limitação na disponibilidade dos documentos pode ser explicada por diferentes fatores: os PPCs são documentos técnicos e internos, voltados à regulação e avaliação institucional, o que restringe sua divulgação pública; não há obrigatoriedade legal de publicação integral desses materiais; muitos cursos passam por revisões constantes, o que leva à retirada de versões antigas; e, em instituições privadas, há receio de exposição de propostas pedagógicas consideradas estratégicas.

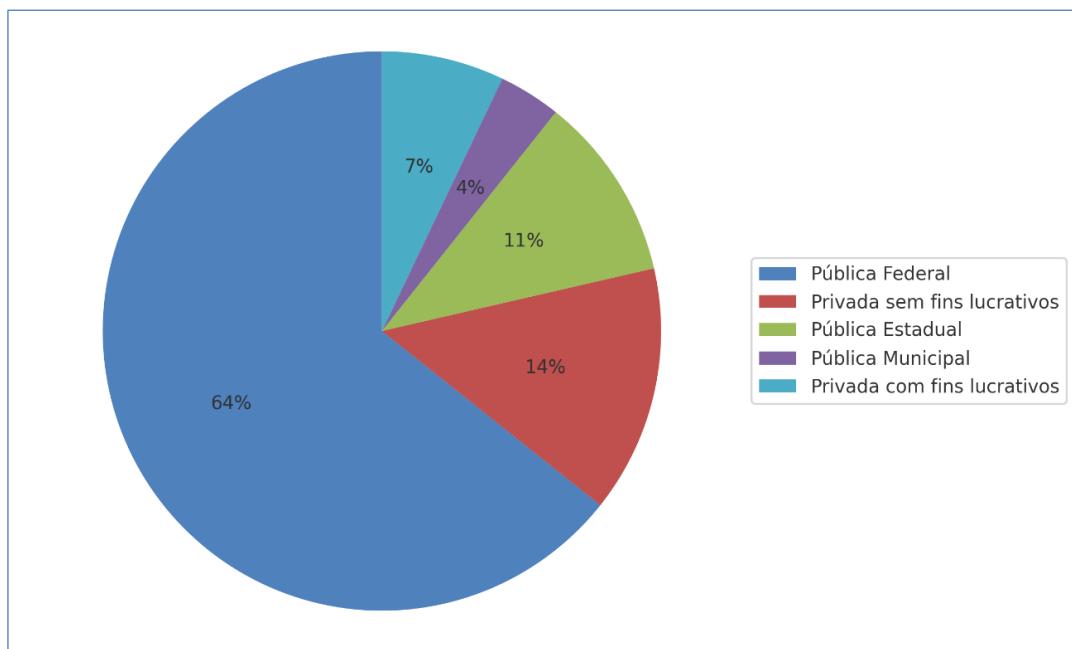
Após a compilação dos 28 documentos, os mesmos foram examinados e os dados relevantes foram extraídos para a elaboração de tabelas, facilitando a interpretação sobre a presença e a natureza da disciplina estudada. Feita a seleção do *corpus* de pesquisa, foi realizada a análise de conteúdo do Grupo 1, que corresponde à análise das ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo das 28 instituições selecionadas, cujas categorias foram “Teorias do jornalismo”; “Teorias da Comunicação/outras”; “Conceitos” e “Contextualização histórica”. As bibliografias básicas e complementares foram analisadas separadamente com as mesmas categorias, “Autor” e “Título”. Já na análise de conteúdo do Grupo 2, que compreende o conjunto de Matrizes Curriculares, as categorias analisadas foram o “Título da disciplina”; “Carga horária total”, referente ao total de horas de cada curso selecionado; “Carga Horária da disciplina de Teorias do Jornalismo”, que compreende a porcentagem que

as horas da disciplina representam no curso; “Disciplinas obrigatórias” e “Disciplinas optativas”, que visava identificar o tipo de disciplina em que se enquadra a Teoria do Jornalismo. A sistematização dessas análises contou com a organização de uma planilha no Excel para a anotação dos resultados encontrados.

O corpus contempla as seguintes instituições: Universidade Vale do Rio Doce (Univale); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal do Amapá (Unifap); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE); Uninter, Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade de Brasília (UnB); Faculdade Boas Novas (FBNCTSB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Nove de Julho (Uninove); Centro Universitário Brasileiro (Unibra); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Goiás (UFG); e Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A amostra inclui cursos localizados em 20 estados, abrangendo todas as regiões do país. Do total de cursos, 64,3% são ofertados por instituições públicas federais; 14,3% por privadas sem fins lucrativos; 10,7% por estaduais; 3,6% por municipais e 7,1% por privadas com fins lucrativos. A maior parte dos cursos (92,9%) é presencial, sendo que 8 dos 28 cursos (28,6%) correspondem a programas de Comunicação com habilitação, enquanto 20 (71,4%) são cursos de Jornalismo.

Gráfico 1 - Categoria administrativa do *corpus* selecionado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do e-MEC (2022).

No decorrer do processo de análise do conteúdo das ementas surgiram aspectos relevantes aos objetivos que contribuem com a pesquisa. Os dados coletados foram agrupados de acordo com suas especificidades. As análises das disciplinas foram feitas isoladamente e, na sequência, foram criadas categorias, a partir de recorrências observadas nas ementas. As ementas selecionadas foram organizadas em uma planilha no Excel com informações como a identificação das instituições, o texto integral das ementas e as categorias criadas para análise. As categorias que surgiram são: a) Teorias do Jornalismo: criada com o objetivo de identificar as teorias do jornalismo estudadas; b) Teorias de Comunicação Social/outras: criada a fim de identificar se teorias de outros campos de conhecimento são estudadas; c) Conceitos: identificar os principais conceitos descritos nas ementas; d) Contextualização Histórica: para identificar se existe alguma abordagem histórica. Na categoria “Teorias do Jornalismo” foi contabilizado o número de teorias e quantas vezes elas foram citadas nas ementas, assim como as instituições que não citam especificamente quais teorias serão abordadas nas disciplinas.

Duas das 28 instituições analisadas têm duas disciplinas que estudam Teoria do Jornalismo: a Uninter, com “Teorias Clássicas do Jornalismo” e “Teorias Contemporâneas do

Jornalismo” e a UFC com “Teorias do Jornalismo I” e “Teorias do Jornalismo II”. Portanto, em alguns momentos dessa análise as instituições aparecerão duas vezes ou serão contabilizadas duas vezes. Das 28 instituições as únicas que não fazem nenhuma menção a teorias do jornalismo é a UNB e a UESB; e 12 delas não citam, no texto da ementa, quais teorias são estudadas na disciplina de Teoria do Jornalismo, porém fazem uma referência genérica e ampla do conteúdo.

A leitura cruzada das ementas mostra forte predominância de descrições genéricas, com expressões como “principais abordagens teóricas” ou “análise das diferentes abordagens”, como na ementa da UFRR, que “discute as teorias do jornalismo e da notícia. Diferentes abordagens para a formulação de uma teoria do jornalismo e da notícia”; e a UFPI, que cita apenas “as principais correntes teóricas do Jornalismo” na ementa. Entre as instituições que não citam teorias específicas mas fazem referências genéricas estão: Univale; UFV; Unibra; UFMS; a disciplina de Teoria do Jornalismo II da UFC; UFRB; UFRJ; UFMA; UFRR; UFPI; UEPG e UFS. Portando, das 28 instituições analisadas, 48% delas não citam ou fazem referências genéricas sobre as teorias abordadas; duas instituições não citam nada que remeta às diferentes teorias. A UNB cita “Fundamentos epistemológicos para uma teoria do jornalismo” e a UESB faz referência ao estudo do jornalismo como forma de conhecimento.

As informações extraídas dos documentos institucionais fornecem indicativos que permitem analisar quais teorias do jornalismo aparecem nesses materiais. É importante destacar que isso não equivale a traçar um perfil detalhado sobre como as disciplinas de Teorias do Jornalismo são efetivamente ministradas, já que isso demandaria dados sobre estratégias de ensino, metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas. Ainda assim, os resultados apresentados mostram como os conteúdos se refletem nas matrizes curriculares, quando são ofertados, sua carga horária e as principais teorias abordadas.

Os documentos utilizados configuraram uma fonte relevante de evidências que podem sustentar as análises e interpretações do pesquisador. Além disso, eles representam uma fonte “natural” de informação, na perspectiva de Lüdke e André (1986), pois não apenas contextualizam o conhecimento, mas surgem dentro de um determinado contexto e oferecem informações sobre esse mesmo contexto. Uma vantagem adicional é o baixo custo de acesso

a esses documentos, sendo necessária apenas a dedicação de tempo e atenção do pesquisador para identificar e analisar os materiais mais pertinentes (Lüdke; André, 1986).

4 A CENTRALIDADE DAS TEORIAS DO JORNALISMO NA GRADUAÇÃO

A disciplina de Teorias do Jornalismo ocupa uma parcela reduzida em relação à carga horária total dos cursos, variando entre 2% e 3%, com média de 2,21%. Isso corresponde a cerca de 68 horas em cursos de aproximadamente 3.100 horas. É possível que questões relacionadas às teorias jornalísticas sejam abordadas de maneira transversal, aparecendo em outras disciplinas ou em atividades voltadas à reflexão teórica. No entanto, os dados levantados indicam que a presença de Teorias do Jornalismo nas matrizes curriculares é pouco expressiva e com uma carga horária limitada⁷.

Os resultados mostram que, entre as 28 instituições analisadas, 14 não fazem referência explícita às teorias ou as apresentam de modo genérico. Assim, 50% dos cursos de jornalismo não especificam quais teorias são trabalhadas, restringindo-se a indicar que a disciplina contempla as “principais teorias do jornalismo”.

No que se refere às teorias citadas nas ementas, observa-se que a presença de conceitos estruturantes, como objetividade, imparcialidade, subjetividade e realidade, indica a persistência de um repertório clássico das teorias jornalísticas, herdado da tradição funcionalista e empirista do século XX, como *agenda-setting* e *gatekeeping*. Contudo, a ausência de enquadramento epistemológico nas ementas impossibilita saber se essas teorias são abordadas de forma crítica, histórica ou normativa.

Percebe-se também a presença significativa de teorias clássicas, sobretudo o *newsmaking* e o *agenda-setting*. No entanto, a ausência de referências diretas às obras originais e a predominância de autores de síntese – como Felipe Pena e Roberto Nicolato – indicam uma abordagem predominantemente instrumental.

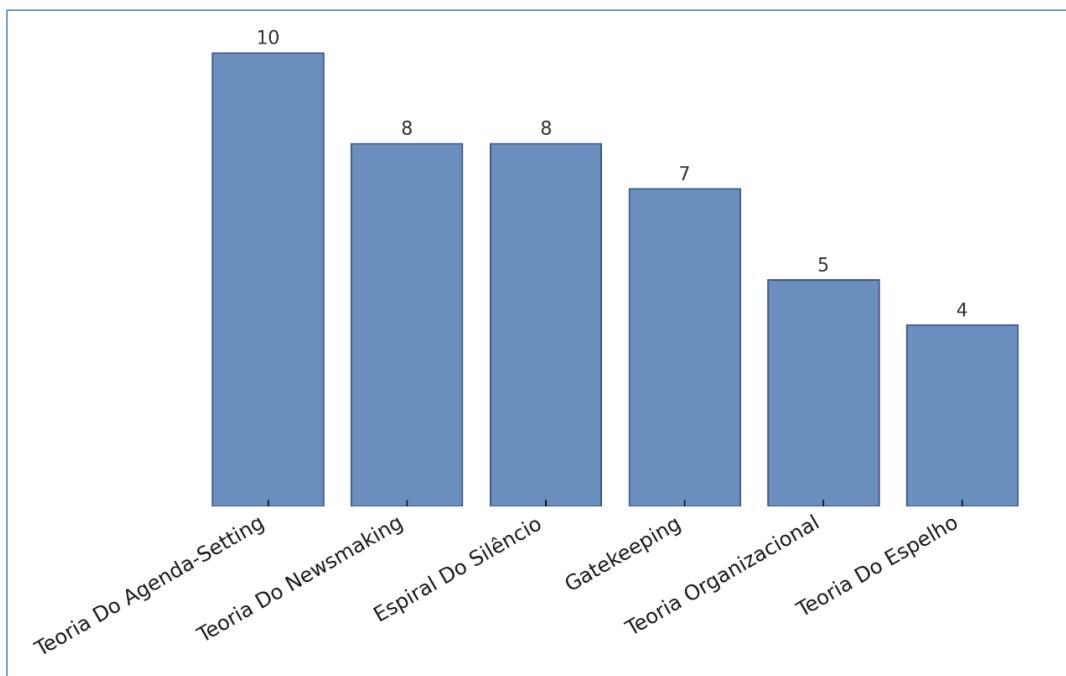
A centralidade de obras de síntese e compilações sugere um ensino de teorias mediado

⁷ De acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo, a teoria deve ter um tratamento transversal na formação profissional, associada à prática. Apesar de não citar especificamente as teorias do jornalismo, o documento reforça a necessidade de inclusão da especificidade teórica em vários momentos (Brasil, 2013).

por leituras secundárias. Tal prática, embora funcional para a introdução conceitual, pode contribuir para a diluição do rigor epistemológico e para a reprodução de visões consolidadas do campo, sem avanço crítico. A ausência de textos originais reforça a dependência de manuais, o que pode limitar a formação teórica autônoma dos estudantes.

Autores como Pena (2008), Souza (1999) e Traquina (2001, 2005) classificam o *newsmaking* como teoria do jornalismo, sendo que Traquina (2001) enquadra a contribuição de Tuchman dentro da perspectiva etnoconstrucionista. Nas bibliografias analisadas Traquina e Wolf aparecem entre os autores mais referenciados; já Tuchman, embora frequentemente citada nas obras, não aparece entre os nomes mais recorrentes nas referências obrigatórias das disciplinas.

Gráfico 2 - Teorias mais citadas nas ementas



Fonte: Elaboração própria (2022).

Nenhuma instituição analisada trata o *newsmaking* como “hipótese” em suas ementas. O termo é utilizado como teoria ou aparece isoladamente na listagem das teorias. Apesar disso, não é a mais mencionada entre os autores discutidos anteriormente. Jorge Pedro Sousa sugere que o *newsmaking* pode ser entendido como uma teoria geral da notícia, aplicável a qualquer

meio jornalístico, ainda que cada veículo possua rotinas próprias (Lage, 2006; Pena, 2008). Essa característica talvez justifique sua presença entre as teorias mais citadas, já que se adapta a diferentes contextos e facilita a aplicação em sala de aula por meio de exemplos variados.

Já a Teoria do Agenda-Setting aparece designada de diferentes maneiras: como teoria, hipótese, linha de pesquisa, metodologia, conceito ou mesmo conceito-guarda-chuva. Traquina (2000) a traduz como “agendamento”, enquanto outros autores acrescentam novas formulações, como *agenda-building* (Nisbet, 2008), para explicar fenômenos distintos. Nos documentos analisados, a *agenda-setting* é relacionada a expressões como “hipótese”, “teoria do agendamento” e “proposta do Agenda-Setting”.

Essa teoria se vincula à tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, voltados para analisar os efeitos e funções dos meios de comunicação sobre o público, tradição que alguns autores reúnem sob o rótulo de *Mass Communication Research* (Wolf, 1999). Contudo, não há consenso sobre essa categorização. Colling (2001), por exemplo, problematiza a posição da *agenda-setting* nesse quadro, retomando os argumentos de Traquina (2000), que a interpreta como evidência dos efeitos poderosos da mídia. Em contraste, McCombs e Shaw (1972) a situam entre as teorias dos efeitos indiretos ou limitados, ainda no interior da perspectiva funcionalista.

Uma pesquisa conduzida por Maia e Agnez (2010) mostra que a *agenda-setting* ganhou força no Brasil a partir dos anos de 1990, sobretudo em razão de obras publicadas em Portugal ou por portugueses no Brasil, como “Teorias da comunicação”, de Mauro Wolf, e os livros “Poder do jornalismo” e “O estudo do jornalismo no século XX”, de Nelson Traquina. Para as citadas autoras, a teoria – tratada ora como hipótese, ora como conceito, passou a ser articulada com estudos sobre rotinas produtivas e noticiabilidade, além de dialogar com noções como *gatekeeping* e espiral do silêncio, que discutem o poder da mídia em pautar ou silenciar determinados temas (Maia; Agnez, 2010).

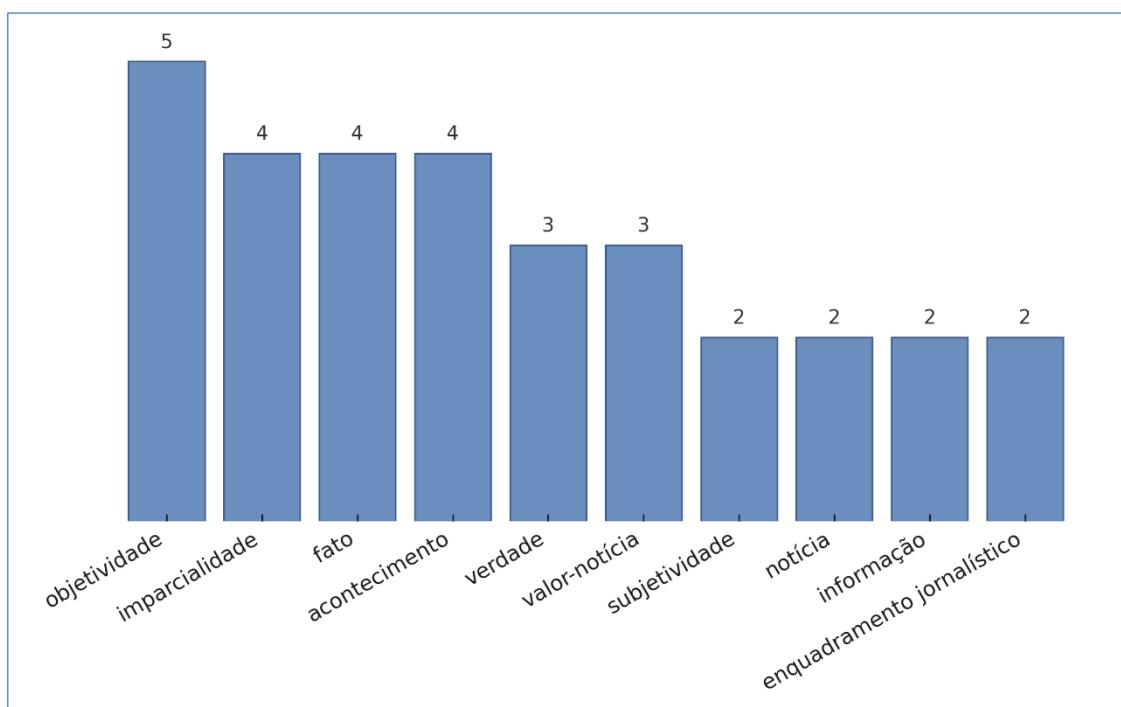
Essas autoras também destacam os referenciais utilizados: menos da metade dos trabalhos (44%) recorrem diretamente aos textos de Maxwell McCombs e Donald Shaw. Entre os artigos brasileiros analisados, segundo elas, cerca de 60% utilizam escritos de Nelson Traquina; 47% citam Mauro Wolf e sua obra “Teorias da comunicação”. Já nas bibliografias das

disciplinas de Teorias do Jornalismo, o livro “A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública”, de Maxwell McCombs, é uma das referências mais frequentes, citado seis vezes, ao lado de “Teorias da comunicação”, de Mauro Wolf. Por outro lado, “O estudo do jornalismo no século XX”, de Nelson Traquina, aparece apenas duas vezes como referência complementar.

Com base nessa análise, nota-se que as teorias mais recorrentes nas disciplinas estão associadas a obras de divulgação e sistematização, e não necessariamente às produções originais. Esse é o caso da *agenda-setting*, que aparece frequentemente em bibliografias a partir de autores como Mauro Wolf e Nelson Traquina, enquanto os textos fundadores de Maxwell McCombs e Donald Shaw são menos citados.

Por fim, entre as ementas analisadas, o conceito de objetividade é o que aparece com mais frequência, mencionado em cinco instituições: Univale, Uninove, UFRJ, UFS e UFPI, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Conceitos mais citados nas ementas



Fonte: Elaboração própria (2022).

Amaral (1996) defende que o conceito de objetividade havia se esgotado ou, ao menos, perdido força. O autor aponta uma tendência crescente em direção ao “interesse público”. Já

Demeneck (2012) entende que a leitura de clássicos do Jornalismo mostra que a reflexão sobre a verdade e, por consequência, sobre a objetividade, acompanha a atividade jornalística desde o surgimento do periodismo até os dias atuais. Essa constatação pode ser verificada a partir da análise que se baseia na leitura ou releitura desses autores fundamentais.

Há posicionamentos que sustentam a possibilidade de um relato próximo da verdade, considerando critérios históricos, culturais e organizacionais (objetividade jornalística), os quais se relacionam com debates da teoria do conhecimento (objetividade do jornalismo). Tobias Peucer, por exemplo, já tratava da relação entre jornalismo e objetividade (Demeneck, 2012).

Para tornar a análise mais consistente, optou-se por adotar a palavra “objetividade” como eixo central, mesmo que, nas ementas, ela apareça vinculada a expressões distintas, como “objetividade jornalística”, “objetividade no jornalismo”, “objetividade como ritual estratégico”, “paradigma da objetividade” e “conceitos que delimitam o jornalismo”.

Outro procedimento metodológico adotado para visualizar de forma clara os elementos mais recorrentes nas ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo, em um conjunto de 25 instituições de diferentes regiões do país, foi o uso do *software* Iramuteq (Camargo; Justo, 2013).

O programa possibilitou o tratamento qualquantitativo dos dados e, após o processamento, gerou a nuvem de palavras, que organiza graficamente os termos conforme sua frequência.

É importante destacar que o Iramuteq considera apenas as palavras que aparecem ao menos cinco vezes no *corpus* analisado (Camargo; Justo, 2013). Para a construção da nuvem foram utilizadas integralmente as ementas coletadas. A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras obtida a partir desse processamento.

Na nuvem de palavras os termos com maior frequência aparecem centralizados e em tamanho mais destacado, enquanto aqueles com menor incidência surgem nas bordas, em dimensões reduzidas. O vocábulo que ganha maior visibilidade é “jornalismo”. Também se destacam termos como “teoria do jornalismo”, “conhecimento”, “teórico” e “objetividade”. A noção de conhecimento é vinculada ao jornalismo em diferentes perspectivas: como forma de

conhecimento, como campo específico, como natureza do saber jornalístico e como produção de conhecimento nessa área. O termo “teórico” aparece conectado às formulações teóricas e às abordagens presentes nas ementas. Já “objetividade” é o conceito que mais se sobressai nos documentos analisados.

Figura 1 - Análise de termos citados nas ementas



Fonte: Elaboração própria com auxílio do programa Iramutec (2025).

Apesar disso, a nuvem não evidencia de maneira clara os conceitos em relação a outras palavras, como “jornalismo”, “teorias do jornalismo” e “jornalístico”. Ainda assim, é possível perceber alguns conceitos emergindo, assim como determinadas teorias, entre as quais se destacam duas mais recorrentes nas ementas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que, entre as 28 instituições analisadas, 50% não mencionam teorias específicas ou fazem apenas referências genéricas. Essa ausência pode estar relacionada ao modo como as ementas são elaboradas, geralmente em formato sintético, com frases breves que resumem o conteúdo da disciplina. Nesse contexto, muitos docentes acabam optando

por formulações mais amplas e generalistas, uma vez que o campo das teorias do jornalismo é extenso e abrange múltiplos conceitos.

A análise das disciplinas evidencia uma questão central: não há clareza sobre quais teorias do jornalismo são efetivamente contempladas. Se nem mesmo em uma disciplina que deveria ter como propósito principal essa discussão é possível delinear quais são as teorias do campo, onde estariam então essas definições?

Os resultados revelam fragilidades quanto ao tratamento das teorias nos cursos de jornalismo, apesar de ser possível encontrar abordagens transversais em disciplinas como deontologia, teorias da comunicação ou mesmo em componentes práticos. O que se observa é que as ementas raramente detalham o que se estuda na disciplina, tampouco deixam claro quais teorias se enquadram no âmbito específico do jornalismo. Isso expõe um desafio de fundo para a área acadêmica: construir um mínimo de consenso sobre a posição e a pertinência das Teorias do Jornalismo no interior do campo.

Dessa forma, é possível afirmar que a disciplina de Teorias do Jornalismo enfrenta dificuldades de representatividade, de definição de escopo e de seleção de referenciais. Para uma formação que esteja à altura das demandas atuais torna-se necessário repensar os programas acadêmicos, buscando maior equilíbrio entre teoria e prática e assegurando atualização constante frente às transformações do jornalismo contemporâneo.

Além da ausência explícita das teorias nas ementas, observa-se igualmente a falta de convergência quanto às que efetivamente se vinculam ao Jornalismo ou à Comunicação. As referências às teorias da comunicação aparecem com baixa frequência, o que se explica, em parte, pela própria origem diversa desses estudos – advindos da Filosofia, da Ciência Política, da Sociologia (em especial a Sociologia do Conhecimento), da *Communication Research* (notadamente a Escola de Frankfurt e a Escola de Chicago), além dos Estudos Culturais.

Reconhece-se, contudo, que a análise se limita ao exame documental de ementas e bibliografias, o que não permite inferir com precisão como as teorias são efetivamente trabalhadas em sala de aula. Para compreender a dimensão didático-pedagógica e o grau de problematização dos conceitos, seria necessário recorrer a outros instrumentos metodológicos – como a observação não participante das aulas, entrevistas com docentes ou

a análise dos planos de ensino, que apresentam maior detalhamento sobre estratégias, objetivos e conteúdos.

Outra limitação diz respeito à ausência de uma reflexão propositiva sobre quais bibliografias deveriam compor os PPCs a fim de qualificar o ensino das teorias do jornalismo. Recomenda-se, portanto, que futuras revisões curriculares incorporem obras de referência que contribuam para o fortalecimento epistemológico do campo, como “O segredo da pirâmide” de Adelmo Genro Filho, 1987; “Ideologia e técnica da notícia” de Nilson Lage, 1979; “O estudo do jornalismo no século XX” de Nelson Traquina, 2001; “A notícia como construção da realidade” de Gaye Tuchman, 1983 e “Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são” de Nelson Traquina, 2005, entre outras.

Assim, esta pesquisa contribui ao oferecer um diagnóstico panorâmico sobre como as teorias do jornalismo são representadas nos documentos curriculares, apontando fragilidades na clareza, abrangência e representatividade das ementas. Ao mesmo tempo, abre espaço para novas investigações que aprofundem o modo como as teorias são apropriadas pedagogicamente, buscando compreender se promovem uma formação crítica e autônoma condizente com os desafios contemporâneos da profissão e do campo científico.

REFERÊNCIAS

ABEJ. **Sobre a ABEJ**. Brasília: ABEJ, 2023. Disponível em: <https://www.abej.org>. Acesso em: 30 out. 2024.

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. **Líbero**, São Paulo, n. 17, p. 51-62, 2016. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/748>. Acesso em: 30 out. 2024.

AMARAL, José Juvêncio Félix. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 1996. Disponível em: <https://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ANUNCIAÇÃO, Cristiano Pinto. **Dos estudos sobre Jornalismo às teorias do Jornalismo reflexões epistemológicas**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio2.unb.br/handle/10482/35540>. Acesso em: 25 nov. 2025

BRASIL. Lei n.º 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://emecc.mec.gov.br/emecc/nova>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 nov. 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: a Free Software for Analysis of Textual Data. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 30 out. 2024.

COLLING, Leandro. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Salvador: EDUFBA, 2001.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100178>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FRIGHETTO, Maurício. **Uma escola de jornalismo**: o poder e o saber na história do projeto pedagógico do curso da UFSC. 2016. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174880/345351.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KARAM, Francisco José Castilhos. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 118-130,

2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2206>. Acesso em: 16 jul. 2023.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Marli; BLATTMANN, Ursula. A Biblioteca Universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2344>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MCCOMBS, Maxwell Earle; SHAW, Donald Lewis. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2747787>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MEDITSCH, Eduardo. A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. **Comunicação & Sociedade**, Braga, v. 5, p. 25-38, 2004. DOI 10.17231/comsoc.5(2004).1243. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1235>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MEDITSCH, Eduardo. **A rádio na era da informação**. Coimbra: Minerva, 1999.

MELO, José Marques de. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **E-compós**, Brasília, v. 13, n. 3, 2010. DOI 10.30962/ec.504. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/504>. Acesso em: 25 nov. 2025.

NISBET, Matthew Charles. Agenda building. In: KAID, Lynda Lee; HOLTZ-BACH, Christina (ed.). **Encyclopedia of Political Communication**. Thousand Oaks: Sage, 2008. p. 18-21.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1673>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2015.

SÁ, Adilsa. **O jornalista brasileiro**. 2 ed. rev. ampl. e atual. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38119>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Lisboa: Vega, 2000. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Histórico do artigo:

Submetido: 1 set. 2025 | Aceito: 13 nov. 2025 | Publicado: 10 dez. 2025.